

MIGRAÇÕES E DESENVOLVIMENTO: LÓGICAS DE TERRENO ENTRE A EUROPA E A ÁFRICA

Albino Cunha

Universidade Técnica de Lisboa

«Não quero que a minha casa seja cercada de muros por todos os lados, nem que as minhas janelas sejam tapadas. Quero que as culturas de todas as terras sejam sopradas para dentro da minha casa, o mais livremente possível. Mas recuso-me a ser desapossado da minha por qualquer outra»

Mahatma Gandhi (1921)

Resumo

Considerando a nova abordagem global e integrada das questões migratórias nas relações entre a Europa e a África, procuramos compreender e analisar o potencial dos migrantes nas relações migrações-desenvolvimento explorando a relevância da cooperação de proximidade consubstanciada no co-desenvolvimento e na lógica de terreno como estratégias adequadas para melhor gerir a dinâmica das migrações sendo que esta pode ter incidências benéficas tanto para os países de origem como para os países de destino, embora possam também determinar prejuízos e tensões políticas, económicas e sociais. Daqui resulta a perspectiva e o desafio de avaliar e validar o apoio às diversas estratégias que ponham as migrações ao serviço do desenvolvimento e das relações internacionais.

Abstract

Considering the recent global and integrated approach on migratory issues in Euro-African relations, we intend to analyse and thoroughly comprehend the migrant's potential on the migration / development relations, by exploring the relevance of proximity cooperation co-substantiated on the co-development and field logics as adequate strategies for a wiser management of migration

dynamics. This can signify a beneficial incidence for the countries of origin, so as for the receptacle countries, although they way as well determine prejudice, so as political, economic, and social tensions. Hereby results the perspective and the challenge of evaluating and validating the support to the diverse strategies who posit migrations as servicing development and international relations.

INTRODUÇÃO

As migrações são fenómenos que, hoje mais do que nunca, estão ligados ao desenvolvimento económico. Constituem uma espécie de indicador global do estado geral do mundo. Sob o impacto das profundas alterações sobretudo de natureza económica mas também social e cultural, provocadas pela globalização, que afectam de formas diversas e em graus diferenciados, as diferentes regiões do mundo, as migrações marcam e questionam as actuais relações internacionais⁸⁴.

A Europa, mais concretamente, a União Europeia exerce sobre numerosos grupos de indivíduos de todos os continentes uma particular atracção, movendo em crescendo os fluxos migratórios para esta região do mundo.

Ultimamente marcada por importantes fluxos migratórios vindos da Europa de Leste, nomeadamente de países ainda não incluídos no alargamento comunitário, é da sua fronteira sul, do Norte de África e da África Subariana, que esses fluxos migratórios se apresentam mais problemáticos sendo mais importantes o do Magrebe, na generalidade, para a França, o de Marrocos para Espanha, o da Líbia para a Itália e o da Turquia para a Alemanha⁸⁵.

⁸⁴ O ano de 2004 marca um assinalável avanço na inclusão das migrações na agenda global com a criação, em Fevereiro do mesmo ano, da Comissão Mundial sobre as Migrações Internacionais (CMMI), por iniciativa do então Secretário-Geral das Nações Unidas, Kofi Annan, tendo por objectivo a inscrição das migrações na agenda mundial, a análise das lacunas existentes nas políticas actuais sobre a migração e o exame das inter-relações entre as migrações e outros problemas (CMMI – www.gcim.org).

⁸⁵ Para Portugal, em 1980, residiam cerca de 50 000 estrangeiros; em 2002, havia cerca de 280.000 cidadãos estrangeiros residentes em território nacional. Na última situação de regularização de emigrantes ilegais, em 2002, os cidadãos que aproveitaram essa situação eram da Ucrânia (60.888), do Brasil (30.902), da Moldávia (12.749) e da Roménia (10.327), ou sejam maioritariamente dos Países da Europa Oriental, quando, no ano de 1992, os emigrantes ilegais que regularizaram a sua situação eram maioritariamente dos países da CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa), principalmente de Cabo Verde, Angola e Brasil. Da região do Mediterrâneo Sul e da África Subariana, sem considerar os países da CPLP, segundo dados provisórios do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras referentes a 2005, contam-se 7.240 cidadãos de origem africana sendo as duas primeiras comunidades, a de África do Sul com 2029 pessoas e de Marrocos com 926 pessoas (www.sef.pt).

Se esses fluxos migratórios sempre foram uma constante entre as duas margens do Mediterrâneo, apresentam-se, nos dias de hoje, com uma intensidade acentuada, não só em termos demográficos mas também, e sobretudo, em termos humanos.

Objecto de estudo e de debates públicos, muito em particular nestes últimos tempos, os fenómenos migratórios suscitam sérias ligações ao desenvolvimento humano pelas suas causas e pelas suas consequências⁸⁶. Resultam da conjugação de vários factores, em que se destacam a pobreza, as desigualdades de desenvolvimento e a instabilidade política endémica em diversas regiões. Nesta conjugação de diversos factores, para a Europa, prevalece o pensamento de que sem segurança, sem estabilidade, sem paz, não há desenvolvimento alinhando-se duas correntes de opiniões: por um lado, os que procuram as causas, isto é, os males que afligem o mal das sociedades de origem dos migrantes, por outro lado, os que procuram incidir as suas preocupações nas consequências nomeadamente focalizando estas nos responsáveis pelas migrações de natureza clandestina e pelo tráfico de pessoas a estas associadas (Conselho da União Europeia, 2002: 8-13).

Nas causas, procura-se promover a solidariedade para com os países de origem dos migrantes, mais concretamente dos países do Mediterrâneo Sul e da África Subsariana, centrando essa solidariedade no apoio ao seu desenvolvimento e ao combate da pobreza. É uma procura de um bem-estar económico mas também cultural, político, social, porque frequentemente, nos seus países, os migrantes, sobretudo jovens, não encontram qualquer tipo de esperança de melhoria à escala de uma vida: no caso concreto do lado sul do Mediterrâneo, onde metade da população tem menos de 25 anos, os regimes políticos e a situação económica oferecem

⁸⁶ «O desenvolvimento humano visa aumentar as escolhas dos indivíduos, através de crescimento que favoreça os pobres e de oportunidades socioeconómicas equitativas, num quadro democrático que proteja as liberdades» (Relatório do Desenvolvimento Humano, 2005: 18).

poucas saídas⁸⁷. O fascínio pelo Ocidente, pelo «Eldorado» europeu, é grande, sobretudo, quando hoje, os países de destino se tornaram mais próximos pela facilidade dos transportes e pelas imagens atraentes e convidativas da televisão sobre o estilo e o nível de vida ocidentais.

As iniciativas europeias, quer no quadro da União Europeia quer no quadro da parceria Euro-mediterrânica do Processo de Barcelona, consubstanciam a acção empreendida pela Europa para a solidariedade no apoio ao desenvolvimento e ao combate da pobreza nos países do Norte de África e da África Subsariana (Wenden, 2006: 214-217). Mas têm sido ainda deveras insuficientes. Os fluxos migratórios aumentam como se diversificam nas suas origens quando analisamos as migrações vindas de África principalmente em virtude de um rápido crescimento demográfico deste continente que não se fez acompanhar de um respectivo desenvolvimento económico induzindo assim importantes fluxos migratórios para os países do Norte (Khachani, 2003: 210-211). Anota-se que a migração dos jovens tem vindo a aumentar nestes fluxos com as implicações demográficas, sociais, culturais e económicas que suscitam tanto para os países de destino como para os países de origem.

É a partir da perspectiva das causas que procuramos incidir a nossa análise e reflexão, e considerando os migrantes como agentes de desenvolvimento, pelas lógicas, pelas realidades e pelos desafios das migrações para a Europa.

Não menosprezamos as consequências que deliberadamente deixaremos num outro plano, não porque não as consideramos como parte integrante da problemática que se associa aos fluxos migratórios para a Europa, mas

⁸⁷ Segundo o relatório da Organização Internacional do Trabalho (OIT) (<http://www.oit.org/public/english/employment/strat/download/gety06fr.pdf>), mais de 300 milhões de jovens no mundo vivem sob o patamar da pobreza e «não obstante um real crescimento económico, a incapacidade das economias em criar suficientemente empregos decentes e produtivos atinge duramente os jovens no mundo». Ainda segundo esse relatório sobre o emprego dos jovens no mundo, os jovens africanos, quando não estão no desemprego, são trabalhadores pobres.

porque, da sua análise, as questões que se colocam no quadro das relações entre a Europa e a África são, na nossa perspectiva, em primeira instância, questões que se prendem com uma apreensão combinada da análise das acções de desenvolvimento com as dinâmicas locais e com os processos endógenos, ou seja, uma necessária incidência sobre as causas, as motivações e as transformações que se encontram na base dos fenómenos migratórios (Sardan, 1995). Estes, na verdade, podem ter incidências benéficas tanto para os países de origem como para os países de destino, embora também possam determinar prejuízos e tensões políticas, económicas e sociais. Essas incidências benéficas ou prejudiciais orientam-nos para nos debruçarmos, em primeira análise, para as causas ou as motivações, para de seguida melhor explorar e compreender as consequências ou as implicações.

Sabemos da relevância de se atacar em simultâneo as consequências e as causas do problema, porque das primeiras se obtêm efeitos imediatos, mas a solução não é duradoura, e das segundas, se obtêm efeitos só a longo prazo, mas a solução é mais eficaz.

Sabemos ainda que a tendência é para privilegiar mais as consequências, uma acção porventura mais egoísta, porque de efeitos mais visíveis e erradamente considerada como adequada visto que o fenómeno permanecerá ou resistirá enquanto subsistirem as causas, e porque a consequência depende da causa (Costa-Lacoux, 2001).

I. AS MIGRAÇÕES E O DESENVOLVIMENTO

Por esta ordem de ideias, consubstanciada a nossa análise e reflexão nas causas, motivações e transformações que as migrações induzem, deixamos uma necessária nota de enquadramento à antropologia e à sociologia pela abordagem privilegiada das desestruturações e das recomposições que marcam a muitos níveis os nossos tempos, numa dialéctica entre o global e o local, e pela relevância que têm dado ao desenvolvimento como uma das formas que toma a mudança social e consequentes implicações e repercus-

sões numa melhor compreensão dos modos de organização dos colectivos migrantes nos processos de desenvolvimento quer nos países de destino, quer nos países de origem.

De uma forma geral, as causas fundamentais dos movimentos migratórios são a pobreza e as desigualdades de desenvolvimento que inseridas à escala global se vêem agravadas pelos desequilíbrios demográficos e económicos (Simon, 1995).

Conduzido pela globalização, que aumentou, de um modo sem precedentes, os contactos entre os povos e os seus valores, ideais e modos de vida, o número de migrantes aumentou significativamente na última década, em particular para os países de rendimento elevado da Europa Ocidental, América do Norte e Austrália/Nova Zelândia. Por razões de índole sobretudo demográfica e económica, as pressões humanas têm promovido necessariamente uma migração do Sul para o Norte. O número de migrantes internacionais aumentou de 76 milhões em 1960 para 154 milhões em 1990 e para 175 milhões em 2000⁸⁸ (United Nations, 2003). No ano de 2005, o número de migrantes internacionais oficialmente recenseados é de 191 milhões⁸⁹.

A pressão demográfica em contínuo aumento nos países do Sul e a dificuldade destes em estimular medidas tendentes a diminuir essa pressão e em criar oportunidades socioeconómicas equitativas apontam para que a propensão para emigrar no futuro continue e se renove. Os mercados dos países desenvolvidos, no caso concreto da Europa Ocidental, são, na opinião comum, os

⁸⁸ Para a Europa, o número cresceu de 57 para 62 milhões de migrantes, para a América do Norte, de 28 para 41 milhões, para Austrália/ Nova Zelândia, de 5 para 6 milhões (United Nations, 2002; Paris: OCDE, 2004).

⁸⁹ Para mais informações, consultar os seguintes *websites*: Organização Mundial das Migrações (IOM/OMI): www.iom.int, Comissão Mundial sobre as Migrações Internacionais (CMMI): www.gcim.org, Migrações e Desenvolvimento: <http://www.un.org/french/events/migrations/>, Diálogo de Alto Nível sobre as Migrações: www.un.org/esa/population/hldmigration, Migrações Internacionais e Políticas Multiculturais da UNESCO: www.unesco.org/migration.

únicos mercados onde é possível realizar as aspirações de acesso ao modo de vida que os meios de comunicação social mundiais divulgam por todo o lado. O telefone, a Internet e a televisão internacional trouxeram as realidades da vida de todo o mundo para a sala de estar, tornando as pessoas conscientes das disparidades nos salários e nas condições de vida, e ansiosas de melhorar as suas perspectivas. Além do mais, as transferências monetárias dos bem sucedidos, que alimentam a procura local de muitos bens, e designadamente a procura de construção nova, reforçam o estímulo (Barata, 2003).

No continente africano, a questão demográfica tem uma particular incidência na sua estabilidade económica e no seu equilíbrio social. Um aumento populacional acelerado é sinal de uma população jovem que acaba por exercer uma grande pressão sobre o mercado do trabalho, em economias marcadas por grandes dificuldades estruturais e sem capacidade para criarem empregos a ritmo correspondente ao necessário para inserir em actividades produtivas os jovens à procura da sua primeira oportunidade no mundo do trabalho. Nos países do Norte de África, a consequência deste processo demográfico e económico tem sido desde há décadas a emigração para a Europa. Em número crescente de países da África Subsariana, começa a verificar-se análoga propensão para procurar no estrangeiro o trabalho remunerado que não se encontra na terra de origem. Como consequência da persistência dos desequilíbrios demográficos, económicos e políticos nesta região, e considerando as suas implicações para a segurança dos Estados vizinhos, tem-se sublinhado a necessidade de uma mobilização conjunta da União Europeia e da África no sentido de uma verdadeira cooperação para uma gestão eficaz dos fluxos migratórios. O novo elemento, neste processo de cooperação, é a assunção de uma abordagem global das migrações, adoptada aliás pelo Conselho Europeu de Bruxelas em Dezembro de 2005, com acções prioritárias centradas sobre a África e o Mediterrâneo (Conselho da União Europeia, 2005: 3-4; <http://www.elysee.fr/elysee/root/bank/print/61182.htm>). Na verdade, no Outono de 2005, os dramáticos acontecimentos de Ceuta e Melilla chamaram a atenção para a necessidade de reflectir sobre a dimensão exterior da política de imigração da União Europeia. As imagens dos imigrantes subsarianos tentando transpor as vedações

das duas cidades vieram se juntar à preocupação das instituições europeias para outras fronteiras. Poder-se-ia dizer que o ano de 2005 constituiu uma tomada de consciência para a União Europeia das migrações subsarianas e do seu impacto sobre os seus vizinhos e associados mediterrânicos. Ao redefinir as migrações no quadro de uma abordagem global e integrada, a União Europeia percebe da necessidade de uma dimensão exterior coerente para a sua política de imigração e reconhece que tanto o Mediterrâneo como a África tornaram-se regiões prioritárias (Cassarino, 2005: 228-233).

Nesta sequência, a inscrição dos fluxos migratórios africanos na agenda político-diplomática euro-africana consubstanciou-se, mais recentemente e ao mais alto nível, na realização da Conferência Ministerial União Europeia – África sobre a Migração e o Desenvolvimento, tendo sido apresentado um conjunto de questões nomeadamente o papel dos fundos transferidos no quadro da relação migração/desenvolvimento; migração e paz, segurança e estabilidade; migração e direitos humanos; migração e recursos humanos («fuga de cérebros»); luta contra a migração ilegal, a passagem clandestina dos migrantes e o tráfico dos seres humanos⁹⁰. Para a Europa, preocupada com a amplitude da pressão migratória, ganhou relevância a relação movimento migratório/segurança, sendo que o primeiro só se tornaria legítimo desde que não pusesse em causa a estabilidade sociopolítica dos países de destino. Para os africanos, também atentos e preocupados com as questões de segurança, a estabilidade sociopolítica será bem mais importante nos países de origem em virtude das suas profundas vulnerabilidades económicas e sociais. Perante estas duas visões, e apesar dos esforços de ambos os lados, a conferência acabou por não apresentar compromissos e medidas concretas, mas teve o

⁹⁰ Conferência Ministerial União Europeia-África sobre a Migração e o Desenvolvimento, 22 e 23 de Novembro de 2006, Trípoli, Líbia – veja-se a Declaração conjunta África-UE sobre a Migração e o Desenvolvimento (<http://www.africa-union.org/root/AU/Conferences/Past/2006/November/SA/EU/fr/Projet%20de%20déclarationminUE-Afrique.doc>), tendo sido precedida pela Conferência ministerial euro-africana sobre a Migração e o Desenvolvimento, 10 e 11 de Julho de 2006, Rabat – veja-se a Declaração Final De Rabat sobre a parceria euro-africana para a migração e o desenvolvimento (<http://www.maec.gov.ma/migration/Doc/DECLARATION%20DE%20RABAT.pdf>).

mérito de encetar um diálogo entre a África e a Europa, entre os países de origem e os países de destino sobre a questão das migrações, até aí remetida para segundo plano (<http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+TA+P6-TA-2006-0386+0+DOC+XML+V0//PT>).

De entre algumas ideias e propostas apresentadas, nomeadamente a da criação de um “fundo especial” para a imigração, defendido pelos africanos, com o objectivo de financiar projectos para evitar que os jovens do continente africano – os mais afectados e os mais interessados – tentassem procurar um melhor futuro na Europa, as divergências e as resistências, que essa proposta suscitou, introduziram um dado muito importante: além de se assumir oficialmente, pela primeira vez, uma abordagem global e integrada das migrações, nomeadamente a necessidade de uma cooperação conjunta e operacional no combate à migração ilegal, a qual inclui um aumento da cooperação no controlo e gestão das fronteiras, a questão das migrações acaba por se orientar para uma perspectiva de procurar mais as causas do que as consequências, estas últimas fundamentalmente consubstanciadas numa estrita preocupação pelas questões de segurança. As migrações assumem-se, deste modo, como uma prioridade no diálogo entre a União Europeia e a África, representado ao mais alto nível à escala continental pela União Africana, com dois objectivos bem definidos: 1º- o estabelecimento de mecanismos de informação e redes regionais com os países prioritários; 2º - uma cooperação com os Estados africanos no sentido de promover a envolvência e a participação das redes de migrantes em projectos de co-desenvolvimento.

II. A LÓGICA DO TERRENO E O DESENVOLVIMENTO

Em face destes dois objectivos, ganhou particular relevo a necessidade de uma cooperação conjunta e operacional para uma mais eficaz gestão das migrações remetendo nomeadamente para as diásporas a responsabilidade primeira em matéria de investimentos e de desenvolvimento, desenhando-se e reforçando-se, deste modo, uma perspectiva e uma lógica que sublinham a relação migrações e desenvolvimento, isto é, “o outro e o novo” con-

tributo dos migrantes como verdadeiros agentes de desenvolvimento, não só, e sobretudo, nos países de origem mas também nos países de destino.

Na realidade, esse contributo, para além da participação em termos económicos e financeiros, assenta também no importante papel de intermediação dos migrantes entre as sociedades civis de origem e as estruturas estatais dos países de destino. Desenvolve-se assim uma lógica de ajuda que deve considerar, em primeiro lugar, o terreno, para definir as respectivas prioridades e os respectivos apoios para as quais os migrantes têm um particular conhecimento porque conhecedores das respectivas realidades locais.

Esta lógica de terreno dos migrantes, vistos como primeiros intermediários para as acções de desenvolvimento, pode trazer para os seus países de origem, entre outros resultados, um alívio das dificuldades quotidianas, uma abertura de perspectivas de melhor inserção social, uma ajuda mais eficiente e eficaz nas comunidades locais para a concretização de actividades geradoras de rendimentos, de bem-estar económico e social. É uma lógica de terreno que valoriza a consciência da importância da sociedade civil em matéria de ajuda ao desenvolvimento porque os migrantes asseguram sobretudo uma relação entre o Norte e o Sul e a necessária compreensão mútua. São aquilo que poderíamos chamar de intermediários de reciprocidade. Mas isso só pode acontecer desde que sejam conhecidos e reconhecidos nesse papel, e ajudados em se organizarem e se tornarem de facto operacionais e, logo, eficazes.

Pensar deste modo a problemática das migrações, é pensar para além do simples controlo das fronteiras do lado norte do Mediterrâneo, é pensar no contributo que a lógica de terreno pode trazer para a redução dos fluxos migratórios vindos do lado sul do Mediterrâneo sem que com isso se queira pura e simplesmente reprimir as migrações, impossível porque estas constituem uma natural mobilidade humana. É pensar nos benefícios de uma lógica, que porventura não se poderá comparar, em termos quantitativos, com o nível de ajuda ao desenvolvimento das estruturas estatais, mas que, em termos qualitativos, traz capacidades para o conhecimento e o confronto no terreno dos problemas das respectivas populações locais.

Por outras palavras, à componente da ajuda bilateral e multilateral que se situa ao nível dos governos e das organizações governamentais internacionais, há que acrescer e valorizar a componente da ajuda do terreno e de proximidade situada ao nível das capacidades dos migrantes.

Seguindo uma linha de abordagem sócio-antropológica, reconhecer alguém é reconhecer as suas capacidades e o direito a um apoio concreto (Sardan:1995). O mesmo é dizer, aceitar a presença dos migrantes, tanto nos países de origem como de destino, e das suas formas diversas de organização nos debates, na elaboração de políticas e num mais fácil acesso aos meios de financiamento dos seus projectos. Representa esta cooperação de proximidade a assunção de um saber-estar e de um saber-fazer das redes de relações sociais, económicas e culturais migrantes. Organizadas, e na base do respeito das respectivas ordens jurídicas de ambos os lados dos países de origem e de destino, essas redes são corredores de intercâmbios, de ajudas de proximidade e de experiências no terreno que se descobrem e se consolidam e por onde circulam a responsabilidade das acções entretanto concertadas na base do estabelecimento de um laço de compreensão mútua, de um bom conhecimento e da disponibilização ao nível local de todas as formas de ajuda. Reforçar esta acção é reforçar substancialmente uma prática que aguarda a confiança dos operadores de desenvolvimento nomeadamente públicos. Trata-se, ao fim e ao cabo, da necessidade de uma ajuda ao desenvolvimento que, nos seus resultados práticos, se inscreve fundamentalmente na duração⁹¹.

⁹¹ O desenvolvimento no terreno é a resultante de múltiplas interações (os estatutos sociais, culturais e profissionais, as normas de acção, as competências, os recursos cognitivos e simbólicos, as estratégias) de múltiplos actores sociais, quer do lado dos «grupos-alvo», quer do lado das instituições de desenvolvimento, que nenhum modelo económico em laboratório, pode prever, mas que a interacção entre a antropologia e a sociologia, em particular, viradas para o trabalho de campo, podem tentar descrever e interpretar as modalidades (SARDAN, 1995: 11). Cf. ainda o Programa de Acção da Conferência Internacional sobre a População e o Desenvolvimento (<http://www.unfpa.org/icpd/summary.htm>), Cairo, 1994, nomeadamente o seu Capítulo X – Migrações internacionais, parágrafos 10.3 a 10.8, onde já se enunciavam e se recomendavam um conjunto de medidas com o intuito de promover políticas de desenvolvimento adequadas de forma a reduzir os incentivos à saída do país de origem.

III. A “OPTIMIZAÇÃO” DAS MIGRAÇÕES E O CO-DESENVOLVIMENTO

Essa ajuda ao desenvolvimento na duração procura no chamado co-desenvolvimento – que se baseia na ideia de aumentar o contributo dos migrantes no desenvolvimento do seu país de origem e numa maior implicação da respectiva sociedade civil nesse processo – um suporte para uma forma complementar e operacional de uma gestão eficaz das migrações (Pastore, 2005: 224-228). O objectivo principal é servir de estratégia de acompanhamento da lógica do terreno, e para um resultado no terreno, promovendo e apoiando o empreendedorismo, estimulando uma atitude e uma capacidade para as novas ideias e potenciando um trabalho em rede. Assim entendido, o co-desenvolvimento, como instrumento de acompanhamento da lógica de terreno, não pode ser concebido apenas como desenvolvimento económico mas também desenvolvimento político, social e cultural sendo que os vários agentes de desenvolvimento, além dos migrantes, são também o Estado e a sociedade civil.

Para os países de origem, particularmente do continente africano, é nomeadamente beneficiar e promover o papel das elites económicas, políticas, sociais, culturais e intelectuais porque detentores de particulares capacidades para o desenvolvimento e aptas a trabalhar e a adequar um conjunto de valores sociais e culturais no sentido de os compatibilizar com o desenvolvimento, nomeadamente para áreas susceptíveis de criar um valor acrescentado no curto e médio prazos para as condições e os níveis de vida dos africanos, como a agricultura, o microcrédito, as pequenas e médias empresas, a saúde, o alojamento, a educação.

Se passarmos pelo olhar da antropologia, atenta no estudo e na análise das mudanças sociais e da heterogeneidade intra-cultural e intercultural, e subsequentemente na procura de respeitar as dinâmicas socioculturais endógenas, os programas de co-desenvolvimento, inicialmente feitos entre Estados, tornaram-se cada vez mais programas de co-desenvolvimento descentralizados. Veja-se o exemplo dos programas elaborados entre cidades, com

o objectivo de pôr em comum interesses e recursos de uma cidade do Norte com uma cidade do Sul, o que permite aproximar as populações, ou ainda, o exemplo dos programas de desenvolvimento, com associações a servirem de mediadoras entre o Norte e o Sul, orientados e dinamizados precisamente por associações de migrantes de forma a instigar e a desenvolver políticas de micro-projectos nos países do Sul. Se, por ora, estes programas de co-desenvolvimento e a sua lógica de terreno a eles associada, não se traduziram manifestamente em desenvolvimento, pelo menos promoveram o início da construção de redes e o investimento da sociedade civil na questão do diálogo euro-africano sobre as migrações e o desenvolvimento, e isso graças a uma pequena elite, de cunho essencialmente associativo, os migrantes (Fargues, 2006: 221-223).

CONCLUSÃO

É opinião comum dizer-se que o desenvolvimento dos países do Sul constitui uma das formas mais eficazes de combater as migrações, mas assim se deve entender esta ideia quando estas privam esses países das capacidades humanas necessárias para o crescimento e o desenvolvimento. O mesmo é dizer que as migrações não são apenas prejuízos mas são também benefícios. Afinal, como remata o relatório sobre o estado das migrações de 2005 da Organização Mundial das Migrações, «as migrações não são um fardo mas uma riqueza».

Muitas apreensões são suscitadas pelas migrações não só para os países de destino (perda de empregos, aumento da fragilidade social e económica e consequentes tensões sociais, interculturais e políticas, ameaças à segurança nacional, etc.) como também para os países de origem (perda de capacidades humanas, fuga de recursos humanos qualificados: “a fuga de cérebros”, agravamento dos problemas económicos, políticos e sociais, etc.), algumas delas exageradas e infundadas, outras que os factos não desmentem.

As migrações, nas suas diversas formas de as abordar, têm evidenciado um aspecto cada vez mais premente: são diversos os intervenientes na gestão

das migrações, são os actores estatais mas também são, e, cada vez mais, os actores não estatais, a sociedade civil. Às lógicas estatais e económicas que marcaram a paisagem migratória nos últimos tempos, se associaram necessariamente lógicas de redes transnacionais desenvolvidas pelos migrantes – redes de terreno e de proximidade: redes de base local, familiar, comunitária, associativa, religiosa, cultural, social e económica. O impulso destas redes deve favorecer a responsabilidade, a credibilidade e a operacionalidade dos programas e iniciativas de desenvolvimento e de co-desenvolvimento como uma fonte de enriquecimento recíproco entre países do Norte e países do Sul, entre países de destino, países de trânsito e países de origem.

Fazer com que os migrantes participem do desenvolvimento dos seus países de origem, no espírito subjacente ao co-desenvolvimento, e necessariamente à lógica de terreno que se lhe associa, quer pela via da formação e ajuda financeira para a reinserção social, quer pela via da poupança dos migrantes canalizada para o investimento produtivo, é também participar do desenvolvimento dos seus países de destino, pelo que os migrantes também trazem como fonte de qualificações, de trabalho, de ideias e de saber-fazer. Há sempre os dois lados da moeda. Oportuno será associar o que se poderia apelidar de mensagem antropológica ao percebermos que as sociedades são cada vez mais concebidas como reflectindo processos de mudança e contradições e conflitos internos. Porque os estilos de vida e os valores não são estáticos em nenhuma sociedade, as migrações, para além das suas trajectórias puramente geográficas, influenciam o ambiente, a cultura e o imaginário de cada sociedade. Com esta perspectiva, coloca-se o desafio de assumir e enfrentar os desequilíbrios do poder político e económico para perceber quando as migrações se tornam efectivamente ameaças em ambos os sentidos.

Citando o então Secretário-Geral das Nações Unidas, Kofi Annan, no quadro do Diálogo de Alto Nível sobre as Migrações Internacionais, no ano de 2005: «Quer o queiramos quer não, as migrações continuarão, porque fazem parte da vida. Não se trata portanto de as impedir, mas sim de as gerir melhor e de fazer com que todas as partes cooperem mais e compreendam melhor o fenómeno.»

No quadro das relações entre a Europa e a África, o estabelecimento de uma nova parceria de cooperação em matéria de gestão das migrações, numa lógica global e integrada, conciliando as abordagens de segurança e de desenvolvimento, ficará, como sempre, dependente do verdadeiro empenho dos países europeus e africanos em trabalhar em conjunto e no terreno para essa nova parceria.

BIBLIOGRAFIA

AFRICULTURES (2006). *Migrations intimes*. In: Africultures, nº 68, 4^{ème} trimestre 2006. Paris, L'Harmattan.

BARATA, ÓSCAR SOARES (2003). *Demografia e Sistema Internacional*. Lisboa, Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Centro de Estudos da População e das Comunidades Portuguesas no Estrangeiro.

BOUHDIBA, ABDELWAHAB (1995) «Le poids de l'émigration et l'avenir des rapports de l'Europe et du Maghreb. In: *Développement et transition en Afrique*. Avril 1995. Tunis, Faculté des Sciences Humaines et Sociales.

CABRAL, ALCINDA (Ed.) (2003). *Imigração Marroquina*. Porto, Edições Universidade Fernando Pessoa.

CARNEIRO, JOSÉ LUÍS (2005). «A pobreza e as migrações: a transposição do conflito Norte/Sul para o interior do mundo desenvolvido» In: *Antropológicas*, número 9: 2005. Porto, Edições Universidade Fernando Pessoa.

CASSARINO, JEAN-PIERRE (2005). «Gestion des frontières et des migrations dans la région euroméditerranéenne: sur la voie de nouvelles formes d'interconnexion» In: *Med 2005. Annuaire de la Méditerranée*. Barcelona, Fundació CIDOB/Institut Europeu de la Mediterrània (IEMed), pp. 228-233.

CHARRILLON, FRÉDÉRIC (2006). *Les Relations Internationales*, Paris : Les notices de La Documentation Française.

CHIRAC, M. JACQUES et al. (2006). «*Lettre conjointe de huit chefs d'Etat ou de gouvernements européens à M. Matti VANHANEN, Premier Ministre de la Finlande, Président du Conseil Européen, sur l'immigration illégale en Méditerranée et au sud de l'Europe*» [Em linha], Disponível em <http://www.elysee.fr/elysee/root/bank/print/61182.htm>.

- Conselho da União Europeia (2002). *Conselho Europeu de Sevilha*, 21 e 22 de Junho de 2002, Conclusões da Presidência, 13463/02, Bruxelas, 24 de Outubro de 2002, nomeadamente a parte III – Asilo e Imigração, pp. 8-13.

- Conselho da União Europeia (2005). *Conselho Europeu de Bruxelas*, 15 e 16 de Dezembro de 2005, Conclusões da Presidência, 15914/1/5 REV 1, Bruxelas, 30 de Janeiro de 2006, nomeadamente a parte IV – Abordagem Global das Migrações, pp. 3-4.

COSTA-LACOUX, JACQUELINE E HILY, MARIE ANTOINETTE (2001). *Débats Contemporains*. In: Revue Européenne des Migrations Internationales, 17 (2001), Numéro 2, Poitiers.

- Declaração conjunta África-UE sobre a Migração e o Desenvolvimento, [em linha], Disponível em <http://www.africa-union.org/root/AU/Conferences/Past/2006/November/SA/EU/fr/Projet%20de%20déclarationminUE-Afrique.doc>.

- Declaração Final De Rabat sobre a parceria euro-africana para a migração e o desenvolvimento, [em linha], Disponível em <http://www.maec.gov.ma/migration/Doc/DECLARATION%20DE%20RABAT.pdf>.

FARGUES, PHILIPPE (2006). «Immigration: écoutons ce que nos voisins du Sud ont à nous dire». In: Med 2006. *Annuaire de la Méditerranée*. Barcelona, Fundació CIDOB/Institut Europeu de la Mediterrània (IEMed), pp. 221-223.

GANDHI, MAHATMA (1921) «English Learning» In: *Young India*. 1 June.

KHACHANI, MOHAMED (2003). «L'émigration subsaharienne: le Maghreb comme pays de transit» In: Med 2003. *Annuaire de la Méditerranée*, Barcelona, Fundació CIDOB/Institut Europeu de la Mediterrània (IEMed), pp. 210-211.

LAHLOU, MEHDI (2003). *Le Maghreb, l'Europe et les migrations des Africains du Sud du Sahara. Situation et possibilités d'action*, OIT.

MED (2006). *Annuaire de la Méditerranée*. Barcelona, Fundació CIDOB/Institut Europeu de la Mediterrània (IEMed).

MED (2005). *Annuaire de la Méditerranée*. Barcelona, Fundació CIDOB/Institut Europeu de la Mediterrània (IEMed).

MED (2003). *Annuaire de la Méditerranée*, Barcelona : Fundació CIDOB/Institut Europeu de la Mediterrània (IEMed).

- OCDE, Système d'observation permanente des migrations (SOPEMI), *Perspectives des migrations internationales 2006*. Paris.

- OCDE, Système d'observation permanente des migrations internationales (SOPEMI), *Tendances des Migrations Internationales 2004*. Paris.
- Organização Internacional do Trabalho (OIT) (2006). *Tendências mundiais do emprego dos jovens*. [em linha], Disponível em <http://www.oit.org/public/english/employment/strat/download/gety06fr.pdf>,
- OMI – Organisation International des Migrations, 2005, *État de la migration dans le monde*, Rapport 2005.
- ORSENA, ERIK** (2006). *Voyage aux pays du coton. Petit précis de mondialisation*. Paris, Fayard.
- PASTORE, FERRUCIO** (2005). «Envoi de fonds et co-développement dans la région méditerranéenne». In: Med 2005. *Annuaire de la Méditerranée*. Barcelona, Fundació CIDOB/Institut Europeu de la Mediterrània (IMed), pp. 224-228.
- PREIS, ANN-BELINDA** (2004) «Culture – Paradigm Shift in Anthropology» United Nations Educational, Scientific and Cultural Organizations, Paris.
- P- rograma de Acção da Conferência Internacional sobre a População e o Desenvolvimento, (1994) Capítulo X Migrações internacionais, parágrafos 10.3 a 10.8. Cairo. [Em linha], Disponível em <http://www.unfpa.org/icpd/summary.htm>.
- PUGH, MICHEL** (2000). *Europe's Boat People: Maritime Cooperation in the Mediterranean*. Chaillot Paper 41. Paris, Institute for Security Studies, WEU.
- Relatório do Desenvolvimento Humano (2005). *Cooperação Internacional numa Encruzilhada: Ajuda, Comércio e Segurança num Mundo Desigual*, PNUD 2005. Lisboa, Ana Paula Faria Editora.
- Resolução do Parlamento Europeu sobre a política comum de imigração da UE, P6_TA-PROV (2006) 0386, 28 de Setembro de 2006, [em linha], Disponível em <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+TA+P6-TA-2006-0386+0+DOC+XML+V0//PT>.
- ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz** (1995). *Sociologia das Migrações*. Lisboa, Universidade Aberta.
- SALT, John e ALMEIDA, José Carlos** (2006). «International Migration in Europe. Patterns and Trends since the mid-1990s» In: *Revue Européenne des Migrations Internationales*, 22 (2006), Numéro 2, 20e anniversaire. Poitiers.
- SARDAN, Jean-Pierre Olivier de** (1995). *Anthropologie et Développement. Essai en socio-anthropologie du changement social*. Paris, Karthala.

- Serviço de Estrangeiros e Fronteiras. [Em linha]. Disponível em www.sef.pt
- SIMON, GILDAS** (1995). *Géodynamiques des Migrations Internationales dans le Monde*. Paris, PUF.
- UNITED NATIONS** (2002). *International Migration Report 2002*. New York, Department of Economic and Social Affairs, Population Division.
- UNITED NATIONS** (2003) «Trends in Total Migrant Stock By Sex – 1960-2000» In: *Revision to the International Migration Report 2002*. New York, Department of Economic and Social Affairs, Population Division.
- WENDEN, CATHERINE WITHOL DE, E BADIE, BERTRAND** (1994). *Le Défi Migratoire*. Paris, Presses de Sciences Po.
- WENDEN, CATHERINE WITHOL DE** (1999). *Faut-il Ouvrir Les Frontières?* Paris, Presses de Sciences Po.
- WENDEN, CATHERINE WITHOL DE** (2006). «Les migrations dans le cadre du Partenariat Euroméditerranéen» In: Med 2006. *Annuaire de la Méditerranée*. Barcelona, Fundació CIDOB/Institut Europeu de la Mediterrània (IEMed), pp. 214-217.